



## SIMONE SCHMIDT

---

*Isabel Lousada*

Simone Schmidt, académica brasileira, tem desempenhado ao longo da sua carreira um papel fundamental para os estudos de género, nomeadamente na REF (*Revista Estudos Feministas*). É bastante profícua a sua produção científica no âmbito das teorias feministas e pós-coloniais, das quais destaco: “Como e por que somos feministas”, (*Revista Estudos Feministas*, 2004), “Uma casa chamada exílio” (*Revista Gragoatá*, 2005), “Navegando no Atlântico Pardo ou a ‘lusofonia’ reinventada” (*Revista Crítica Cultural*, 2006), “Nikette, uma dança para muitos corpos” (Susana B. Funck e Luzinete S. Minella (orgs.), *Saberes e Fazeres de Género: entre o local e o global*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006), mais recentemente “Desmundo, desmando, desencanto” (*Portuguese Cultural Studies*, 2007), “Oropa, França e Bahia, ou quando as madames viajam” (*Revista Uniletras*, 2007) e “De volta pra casa ou o caminho sem volta em duas narrativa do Brasil” (*Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 2008). Feminista assumida, desde cedo revelou o seu fascínio pelo triângulo e trânsitos entre África-Portugal-Brasil que nos aproximam. Deles falaremos oportunamente, certo que os laços académicos foram sendo estreitados no curso da sua formação académica de que salientaria o Pós-doutoramento feito na Universidade Nova de Lisboa.

*Ainda que de relance, dadas as circunstâncias, gostava que nos referisse como começou o seu interesse pelos trânsitos África-Portugal-Brasil?*

Desde muito jovem me interessei pela literatura portuguesa, creio que desde os primeiros anos da universidade, senão antes. Em meu curso de Letras, tive um excepcional professor, Heleno Oliveira, que tinha paixão pela poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen. A porta de entrada creio que foi esta: com Sophia veio Pessoa, vieram Miguel Torga e Carlos de Oliveira, depois Eugénio de Andrade, António Ramos Rosa...

Anos depois realizei o Doutorado e já então, pela mão de minha orientadora, Maria Luíza Remédios, conheci os romancistas que me encantaram e me encantam até hoje: Agustina Bessa Luís, Vergílio Ferreira, Cardoso Pires, Abelaira, Saramago, Lídia Jorge, Lobo Antunes...

O conhecimento das literaturas africanas de língua portuguesa se deu mais tarde, já em minha atuação como professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tive a sorte de encontrar em meu caminho algumas pessoas, como Laura Padilha, que foram fundamentais para meu encontro com África. Hoje dedico, efetivamente, minha vida profissional a este trânsito África-Portugal-Brasil, como lugar cultural pleno de significado, atravessado por uma história densa e tensa (para usar uma expressão utilizada por Miguel Vale Almeida, referindo-se ao ícone da mulata brasileira), que, em seu passado colonial precisa ser ainda estudada, e que hoje se oferece como rota pós-colonial, transnacional, cruzada e ressignificada em muitas direções.

O contato com as literaturas africanas de língua portuguesa deu-me um novo sentido de pertencimento, como se, ao descobrir as experiências tão bem representadas por seus autores, estivesse a descobrir para mim mesma, como leitora, uma nova casa, povoada de sentido afetivo, histórico, político.

*A Universidade de Santa Catarina em Florianópolis tem protocolos com a Universidade Nova. Para além disso, recebe dezenas de estudantes dos PALOP, através dos quais está a fazer a ponte com África. Manter Portugal neste triângulo Atlântico é fundamental. Estando ligada às questões feministas e lusófonas quais os temas emergentes, os que nos unem particularmente e que em seu entender poderiam estreitar essa união?*

Acredito que a grande contribuição de que todos podemos nos beneficiar neste “triângulo Atlântico” é de ordem cultural. A circulação de trabalhos artísticos e de discursos culturais em geral entre estas três pontas continentais ainda precisa efetivamente existir – estamos apenas no começo desses contatos. Percebo que em Portugal se conhece muito, por exemplo, da música popular brasileira, mas pouco da literatura brasileira recente. No Brasil, nos últimos anos, vemos um crescimento da circulação de autores portugueses e africanos (Saramago, evidentemente, mas também Lobo Antunes, Lídia Jorge, Helder Macedo, Teolinda Gersão, Inês Pedrosa, Gonçalo Tavares, Mia Couto, Pepetela, Luandino Vieira, Paulina Chiziane, Ondjaki, Agualusa, João Melo...), mas ainda há muito a descobrir. E se estendermos essa questão a outras áreas, como o cinema, as artes visuais, etc., veremos que este tema exige iniciativas muito concretas,

e necessárias. Creio que somente através de um intenso circuito de trocas culturais efetivas, os países do chamado espaço “lusófono” (em que pesem as dificuldades que tal conceito evoca) podem vir a exercitar uma reflexão mais conjunta, mais coletiva, eu diria, sobre temas que, decorrendo de um percurso histórico comum – mas não igual, nem homogêneo –, esperam ainda por algumas abordagens críticas mais consequentes e disseminadas. Estou a me referir às heranças deixadas pelo período colonial, especialmente no que se refere aos vestígios da escravidão, e a todos os seus desdobramentos em termos das relações de raça, de gênero, de etnias, etc., nos países que vivenciaram, de um e de outro lado, a colonização.

*Foi convidada a integrar o júri do prémio Portugal Telecom da Literatura. Que nos quer contar a esse propósito? Quais as escritoras contemporâneas brasileiras que acharia mais importante conhecermos aqui?*

Sim, integrei já por duas vezes o grande júri, o que para mim é uma honra, já que respondo à indicação de colegas por quem tenho muito respeito. Respondendo à sua pergunta, diria, em primeiro lugar, que tenho participado deste júri muito mais como leitora de autores africanos de língua portuguesa e de autores portugueses, do que propriamente dos brasileiros... Isso se deve, evidentemente, à minha atuação como professora e pesquisadora dessas literaturas. De todo modo, quando me pergunta sobre escritoras contemporâneas brasileiras, ocorre-me apontar nomes como os de Ana Miranda, Alice Ruiz, Conceição Evaristo, Marilene Felinto, Adriana Lunardi, Maria Valéria Rezende, Lívia Garcia-Roza...

*Gostei particularmente de um artigo seu, “Oropa, França e Bahia ou quando as madames viajam” em que textos de José Eduardo Agualusa e Maria Velho da Costa são colocados em diálogo. Como aconteceu esse encontro?*

O encontro entre esses dois textos ocorreu em virtude de meu grande interesse pela ficção de Eça de Queirós. Como leitora assídua de seus textos, interessava-me colocar em diálogo a releitura, de feição pós-colonial, que José Eduardo Agualusa nos oferece de seu Fradique Mendes em *Nação Crioula*, junto à indagação radical feita por Maria Velho da Costa em *Madame*, acerca do grande silêncio encobridor em que Eça e Machado mergulharam suas personagens femininas, Maria Eduarda, de *Os Maias*, e Capitu, de *Dom Casmurro*. Silenciadas pelas narrativas tal como as mulheres o foram efetivamente na história, essas personagens de dois grandes romances do século XIX desaparecem melancolicamente no fim dos relatos, numa submissão final ao agenciamento masculino, que assim impõe um xaque-mate à sua conduta transgressora. Maria Velho

da Costa as redescobre e as faz falar na continuidade do que teriam sido suas vidas no exílio, nesta instigante peça teatral. Em sua condição de exiladas, coloco-as em diálogo com outra figura igualmente desterritorializada – o Fradique de Agualusa. O encontro que promovo é, portanto, de duas releituras de Eça, procurando investigar de que modo esses autores relêem e subvertem a matriz, lançando-lhe perguntas e problemas que são os nossos, de agora, mas que se dirigem ao passado, em busca de respostas.

*Qual é, em seu entender, a agenda para os estudos feministas e de gênero no Brasil, e qual o papel que lhes é atribuído pela academia?*

Os estudos feministas e de gênero têm crescido incessantemente no Brasil, e este crescimento se manifesta de modo muito significativo na academia. Em praticamente todas as áreas hoje, com ênfase nas ciências humanas, nas letras e na saúde, há uma intervenção organizada e sistemática das pesquisadoras feministas brasileiras. Isso se traduz em congressos, publicações e órgãos institucionais criados dentro das principais universidades brasileiras. Na UFSC temos, desde 2006, o IEG (Instituto de Estudos de Gênero), uma forma de organização interdisciplinar, que agrega pesquisadoras de diversas áreas da universidade. Na UFBA (Universidade Federal da Bahia), foi criado um curso de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Iniciativas como essas dizem bem da expressão do campo feminista na academia brasileira.

Quanto à agenda para os estudos feministas e de gênero no Brasil, acredito que o mais necessário será tornar cada vez mais concretas as redes que nos unem às pesquisadoras feministas de outros lugares, em especial aqueles em que as lutas das mulheres se encontram unidas às lutas contra outras formas de desigualdade, tais como a pobreza e o racismo. Vejo a urgência de travarmos um diálogo mais próximo com as mulheres – pesquisadoras feministas e ativistas dos movimentos sociais – da América Latina, da África e de outros lugares onde se enfrenta, de forma concreta e diária, a desigualdade. Creio que a tradução de saberes, advinda desses contatos, constitui uma prática que deve integrar a agenda feminista. Quando me refiro à tradução, não estou falando daquele óbvio procedimento de tradução lingüística, necessário para a compreensão do texto estrangeiro. Estou, sim, referindo-me a uma reordenação dos temas locais/globais na perspectiva da tradução cultural. O que a prática tradutória afirma é a viabilidade de um feminismo globalizado e ao mesmo tempo situado, teoricamente bem instrumentalizado, mas contra-

-hegemônico, ou anti-colonial. Tenho em grande consideração, nesse sentido, as proposições de Boaventura de Sousa Santos, quando ele defende um “cosmopolitismo dos oprimidos”, baseado numa prática tradutória como forma de se colocar em diálogo diferentes projetos de emancipação social, plurais e localizados.

*O Congresso Feminista “Fazendo Gênero 8” para o qual convidou as portuguesas Margarida Calafate Ribeiro, que falou sobre as mulheres portuguesas na guerra colonial, e Margarida Paredes, autora de Tibete em África, que se centrou na participação das mulheres angolanas na luta de libertação, foi organizado em Agosto passado no Brasil. A Sul, tudo se amplia... mais de 3000 participantes, cerca de 1000 comunicações. Que mais muda?*

Realizar este seminário foi mesmo uma experiência muito gratificante. De minha parte, ao organizar esta mesa, sobre “O lugar das mulheres na experiência colonial e pós-colonial”, contando com a participação de duas estudiosas portuguesas por quem tenho especial estima e admiração, tive a intenção de colocar em debate duas perspectivas distintas a partir das quais as guerras de libertação em África podem ser revisitadas criticamente. O resultado, a meu ver, foi um debate muito produtivo, sobre as mulheres portuguesas que foram à guerra, acompanhando seus maridos militares, e as mulheres angolanas que atuaram na guerra de libertação. Além disso, contamos, nesta mesa, com a presença de duas pesquisadoras brasileiras, Sandra Almeida e Cláudia de Lima Costa, que falaram sobre as diásporas das mulheres e as viagens das teorias feministas.

Este foi o oitavo de uma série de seminários que vimos realizando, desde 1994, e que se intitulam “Fazendo Gênero”. Seu caráter sempre foi interdisciplinar, agregando pesquisadoras/es feministas de várias partes do país e mesmo do mundo. Atrevo-me a dizer que este evento já se tornou uma referência, um ponto de encontro para todos aqueles envolvidos com os estudos feministas e de gênero em nosso país.

O tema desta edição foi “Corpo, violência e poder”, ligando-se a vários debates que hoje dominam a cena pública brasileira: a violência contra as mulheres, a sempre irresolvida luta pela descriminalização do aborto, a implantação das cotas raciais e sociais nas universidades públicas, que recolocam em discussão o racismo brasileiro – o qual, como sabemos, amparou-se historicamente em sua articulação com o patriarcalismo, tendo como “locus” privilegiado o corpo da mulher negra e mestiça. Assim, organizamos mesas redondas e sessões de trabalho que traziam tais debates para o centro de nossas preocupações: o corpo feminino e seu sofrimento físico e simbólico, a exclusão social, os direitos

humanos face às formas de violência, as novas tecnologias reprodutivas, o aborto e as controvérsias do Estado laico, os trânsitos migratórios de mulheres no mundo globalizado, etc.

O que mais? Ser feminista no Brasil nos dá sempre muito que fazer, porque temos a constante sensação de que tudo ainda está por ser feito, com nossos olhos voltados para as muitas desigualdades que se estendem por este território imenso.

*Que diferenças podem ser identificadas entre o feminismo europeu e o da América latina, que é atravessado pela questão mestiça? As questões de gênero são afinal atravessadas pela questão de raça. Afinal, ser mulher, negra e feminista não é a mesma coisa que ser mulher, branca e feminista. São lutas diferentes. Até que ponto diria?*

De fato, o feminismo brasileiro traz dentro de si, como um nó a desatar, a questão racial, o problema da mestiçagem, e também da pobreza das mulheres. Ocorre que, entre nós, ele surgiu em primeiro lugar como um feminismo aprendido dos grandes centros, da Europa e dos Estados Unidos, e nossas primeiras lutas se apoiaram nas agendas internacionais, além de se articular, é claro, com a luta contra a ditadura, que dominou o país até 1985.

Foi, portanto, nas últimas décadas, que o feminismo se articulou mais densamente com outros movimentos, no sentido de desvelar os mitos – como o da mulata brasileira, artigo de exportação – que encobrem séculos de racismo e patriarcalismo, com a convivência da classe dominante e, o que é pior, de grande parte da camada intelectual do país. Este processo ainda está em curso, e nos diferencia de outras histórias, sendo tarefa para o presente a construção desta nossa história.

Ao mesmo tempo, acredito na proposição de Ella Shohat, quando defende que devemos investir em construir redes horizontais e transversais entre os diferentes feminismos. Eu creio que uma rede de interações dessa natureza, em grande parte, ainda está sendo feita, em muitos campos de nossa prática teórica. Isso deve representar, efetivamente, trabalhar nos espaços lacunares produzidos pela globalização, na construção de lugares outros, não centralizados, de saber e de poder. Um esforço nesse sentido pode nos levar a criar laços de identidade mais sólidos com as feministas latino-americanas, por exemplo. Através de tais estratégias, podemos nos educar para reverter aquela clássica oposição, que já foi tão bem apontada por Nelly Richard, entre a “teoria metropolitana” e a “prática latino-americana”, ou seja, entre o cérebro norte-americano ou europeu que teoriza e o “corpo” latino-americano sobre o qual a teoria se faz.

*O feminismo questiona a aparente “neutralidade” do discurso hegemónico que fundamenta estruturas sociais patriarcais com base na desigualdade e na discriminação. E os estudos pós-coloniais, como se posicionam?*

Os estudos pós-coloniais realizam uma tarefa que se assemelha, em alguns aspectos, àquela empreendida pelo feminismo, na medida em que des-naturalizar pressupostos seculares de desigualdade – que estavam implícitos em grande parte dos discursos que circulam, e circularam por séculos na cultura ocidental – constitui uma de suas principais tarefas. Os estudos pós-coloniais se desenvolvem a partir da compreensão de que tais pressupostos, que naturalizaram por muito tempo uma história de profundas desigualdades, derivam da experiência colonial. Através desses estudos, percebemos que, mesmo após os processos de libertação das ex-colônias, é necessário identificar e desconstruir os discursos que reafirmam a superioridade política e cultural de determinadas nações, povos, etnias, sobre centenas de outros.

Nesse sentido, creio que há uma poderosa aliança entre os estudos feministas e os estudos pós-coloniais, já que ambos se propõem como estratégias de intervenção e subversão, teórica e política, dos discursos coloniais e patriarcais.

*Em Junho passado realizou-se o Congresso Feminista, em Lisboa tendo a violência doméstica como pano de fundo... não falámos só de números, mas também de vidas perdidas em múltiplos aspectos... até à própria morte. Que leitura faz deste insólito? No Brasil foi recentemente aprovada a Lei Maria da Penha. Pode contar-nos a história dessa lei e qual o seu impacto?*

A lei Maria da Penha, promulgada em 2006, representa um marco decisivo, uma conquista histórica na luta pelo fim da violência contra as mulheres. Ela resulta de uma longa trajetória: desde os anos 70, o movimento feminista e os movimentos de mulheres vinham lutando para dar visibilidade às violências praticadas no silêncio dos lares, no anonimato de vidas comuns, contra mulheres vitimadas sob a cumplicidade do Estado e da sociedade. Em meados da década de 70, sob o *slogan* “Quem ama não mata”, uma campanha promovida pelas feministas ganhou ampla repercussão em todo o país, quando se julgavam os assassinatos de mulheres por seus maridos, ex-maridos ou amantes, que alegavam, amparados pelos costumes, legítima defesa da honra. Nos anos 80, a criação de organizações não-governamentais para atendimento de mulheres vítimas de violência, tais como o SOS Mulher – com sede em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc. –, e posteriormente a criação de Delegacias especializadas em atendimentos às mulheres, foram conquistas



importantíssimas neste processo. Nos anos 90 essas conquistas se consolidam e ganham maior amplitude, no interior dos grandes debates travados, em nível internacional, acerca dos direitos humanos e dos direitos das mulheres (como exemplo, temos, em 1993, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos em Viena, e em 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing). Nos anos 2000, o cenário brasileiro já está bastante amadurecido, e as lutas em defesa das mulheres atingem estatuto federal, institucionalizado. A criação de uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pelo governo federal, representa um passo significativo em direção às conquistas almejadas. Daí à promulgação da lei Maria da Penha, foi um percurso normal, decorrente de uma longa história de lutas, como se vê. Cabe-nos agora divulgar a lei e acompanhar atentamente sua execução.

O nome da lei representa uma homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher cearense que, em 1983, foi vítima de violência doméstica, e lutou por quase vinte anos, pela condenação de seu marido, responsável por danos irreparáveis à sua saúde e integridade física. Mais do que uma homenagem, este nome representa, por parte do governo brasileiro, uma iniciativa de reparação simbólica por todas as perdas vivenciadas pelas mulheres vítimas da violência, praticada não só pelos agressores, mas também pelo silêncio dos cúmplices.

*Terminou, em Londres, na National Portrait Gallery, uma exposição intitulada “Mulheres brilhantes – As literatas do século XVIII”. A mobilização havida no sentido das feministas britânicas se organizarem e serem anfitriãs de “salões literários” levou a uma maior produção literária feminina. A batalha travada, à época não mais foi parada. Contudo, como vê, desse lado do Hemisfério o universo das intelectuais no presente?*

Há mulheres intelectuais atuando em todas as áreas, e isso sem dúvida espelha uma conquista irreversível do feminismo do século XX. A tarefa para o século XXI será, a meu ver, aprofundar essa conquista no sentido de garantir o reconhecimento e a visibilidade das mulheres em todas as esferas de atuação. Sabemos que, atualmente, embora as mulheres já atuem destacadamente, por exemplo, nas áreas tecnológicas e científicas, essas são ainda esferas de predominância masculina. O mesmo se dá na política e em outras áreas. Mas há toda uma discussão em curso sobre os lugares de prestígio na produção do saber e o papel das mulheres nesta verdadeira arena que é a disputa pelo conhecimento e pelo direito de fala. Creio que não estamos paradas, que muito será feito ainda nas próximas décadas.

*A questão candente, entre a igualdade de género, é um lugar comum, transcendendo as fronteiras e as nacionalidades, perguntar-lhe-ia?*

Sim, as desigualdades de género são um problema que atravessa diferentes lugares e contextos geográficos, culturais, políticos. Em minhas aulas, costumo oferecer aos alunos a leitura de autores e autoras africanos/as, e no debate que tais leituras suscitam, mais de uma vez têm ocorrido situações que revelam as diferenças culturais que precisam ser traduzidas em nossa prática interpretativa. Por exemplo, ao ler *Niketche*, de Paulina Chiziane, os alunos são tomados pelo desejo de “salvar” as mulheres moçambicanas de sua cultura, vítimas que são, segundo seu entendimento, de práticas “obscurantistas” como a poligamia. Costumo argumentar, neste debate, que as práticas ditas “civilizadas” e “modernas” em nossa sociedade, tais como os usos e abusos da publicidade em relação ao corpo feminino, poderiam ser também interpretadas como violentas e injustas para com as mulheres. Isso sem falar na ditadura estética, nas intervenções corporais cada vez mais difundidas e coercitivas, etc. Em outras palavras, o que pretendo propor-lhes como reflexão é que numa e noutra cultura, como em muitas outras, há profundas desigualdades de género que precisam ser urgentemente enfrentadas, ainda que reconheçamos o muito que já foi feito pelos movimentos de mulheres e pelo feminismo nos últimos 50 anos.

*Qual é (se é que existe), em seu entender, a via para a igualdade?*

Arriscando ser demasiado utópica, eu diria que o caminho para a igualdade, ou ainda, para o enfrentamento das desigualdades, é o respeito à diferença: entre homens e mulheres, entre as próprias mulheres, entre povos, países, etnias, gerações, orientações sexuais, etc.

*As revistas em torno de género têm vindo a assumir um lugar de relevo no universo das publicações académicas. A sua participação na REF dá-lhe estatuto singular para poder fazer um balanço. O que lhe parece mais significativo?*

As revistas foram responsáveis, nos últimos 20 anos pelo menos, pela divulgação de uma agenda feminista que estendeu seu raio de abrangência para praticamente todo o meio académico e parte significativa dos movimentos sociais. A *Revista Estudos Feministas* completou 15 anos em 2007, e tem tido uma intervenção constante e de grande significado para os estudos feministas e de género no Brasil. Além dela, outros periódicos brasileiros e latino-americanos têm oferecido uma longa e importante contribuição ao campo feminista, como os *Cadernos Pagu* (da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo) e a revista mexicana *De-*

*bate Feminista*. Essas e outras revistas têm enfrentado o desafio de colocar em ação uma prática tradutória, aproximando e fazendo dialogar entre si, os saberes produzidos pelas estudiosas feministas e de gênero de diferentes lugares, e a partir de experiências diversas, produzindo um discurso que se renova constantemente, e formulando novas respostas para novos e antigos problemas. Desse modo, creio que uma das maiores contribuições que tais publicações têm dado ao feminismo é provocar o debate que rompe com a unidirecionalidade do circuito norte-sul, o que significa, na prática, o trânsito das teorias, a tradução cultural das diferentes agendas feministas, formuladas a partir de diferentes lugares e experiências.

*María Zambrano, Clarice Lispector, mulheres de um alcance invejável em muitos sentidos, elegeria uma? Ou acrescentaria outras tantas?*

São muitas... eu acrescentaria (e me restrinjo ao território da língua portuguesa) nomes como os de Sophia de Mello Breyner, Irene Lisboa, Maria de Lourdes Pintasilgo, Vieira da Silva, Anita Malfatti, Lina Bo Bardi, Chiquinha Gonzaga, Nísia Floresta, Cecília Meireles, Gilka Machado, Orlanda Amarílis, Paula Tavares, Paulina Chiziane... claro que, ao eleger algumas figuras, em minha opinião tão especiais e representativas, estou sendo injusta com outras tantas...

*A invisibilidade a que foram votadas tantas mulheres, ao longo de séculos, toda uma história por fazer?*

Há um intenso trabalho sendo feito aqui no Brasil, por várias colegas dedicadas à pesquisa que “escava” a história literária, com o intuito de desenterrar a memória das escritoras que ficaram invisíveis, desconhecidas, emudecidas. Elas trazem tudo à luz do dia: suas histórias de vida, suas obras. Assim o tempo ganha outra consistência no trabalho de recuperação das escritoras do passado. Trabalho que nos permite, além de ampliar e redimensionar a história literária brasileira, mudar nossa concepção dessa mesma história. Uma das figuras mais destacadas neste trabalho é Zahidé Muzart, que coordenou um amplo projeto de resgate das escritoras do século XIX, resultando na publicação de dois volumes, de 900 e 1200 páginas respectivamente, onde se divulgam as biografias e excertos das obras de mais de cem autoras, até então praticamente desconhecidas. Para viabilizar a concretização de seu trabalho investigativo, seu e de tantas prestigiadas colegas, Zahidé criou a Editora Mulheres, dedicada à publicação de trabalhos literários femininos, além de ensaios críticos e teóricos do campo dos estudos feministas e de gênero. Através da editora, o público brasileiro tomou conhecimento de inúmeras autoras

do passado que, de outra maneira, permaneceriam anônimas. Enfim, este é um trabalho que vem sendo levado adiante por um grupo de boas pesquisadoras brasileiras, de vários estados, e os resultados de seus esforços já se pode perceber concretamente nas publicações que hoje encontramos.

*Somos hoje, mais de metade da humanidade, para além dos números, que representação?*

A representação dos desejos das mulheres, que ficaram por muito tempo escondidos. Como disse Cecília Meireles, “a vida transborda por todos os cantos (...)/Procuro/meu rumo:/horizonte/escuro:/um muro/ /em redor./(...) Para onde/me leva?”, ao que acrescento a resposta formulada por Clarice Lispector: “sem o medo havia o mundo”.

*Novas perspectivas e formulações para o novo milénio que queira partilhar connosco?*

As formulações ainda estão sendo gestadas; é cedo para falar sobre elas... Há boas perspectivas, encaradas com algum otimismo, a partir da eleição de Obama nos Estados Unidos, e no Brasil, em razão de novas políticas públicas sendo implementadas em relação às questões de raça e de gênero. Mas nossas formulações futuras serão resultado do modo como nos relacionarmos com essas novas realidades, que estão apenas iniciando.